

Varginha, 25 de outubro de 2007.

OF. 477/2007 ERSJUR/IEF/SISEMA.

Prezado Sr. ,

Em resposta ao Ofício Circular nº 182/2007/DCONAMA/SECEX/MMA, datado de 24 de setembro de 2007, temo o seguinte a informar:

As intervenções em APP serão precedidas de autorização do Órgão Ambiental Competente, com a formalização de processo, nos moldes ao que determina a Deliberação Normativa COPAM nº 76, de 25 de outubro de 2004 que prevê o seguinte trâmite processual e procedimento de análise:

A intervenção em Área de Preservação Permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou interesse social, devidamente caracterizado e motivado em procedimento administrativo próprio, quando não existir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

Os casos de utilidade pública e interesse social estão previamente determinados no Código Florestal, Lei Florestal Mineira (Lei Estadual 14.309/02) e Resolução CONAMA 369/06.

Poderá ser autorizada ainda a intervenção considerada de Baixo impacto Ambiental, conforme definido na Resolução CONAMA 369/06.

Quando se tratar de intervenção em Áreas de Preservação Permanente, situada em área urbanizada, o Órgão Estadual somente emite anuência prévia fundamentada em parecer técnico.

A formalização do processo para intervenção em Área de Preservação Permanente condiciona-se à apresentação prévia dos seguintes documentos:

- I - requerimento, devidamente preenchido;
- II - Projeto Técnico do empreendimento acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, a critério do IEF;
- III - certidão de registro do imóvel atualizada, ou documento que caracterize a justa posse ou servidão;
- IV - Averbação da Área de Reserva Legal ou Termo de Compromisso, em caso de posse rural;
- V - comprovante do pagamento dos emolumentos;
- VI - proposta de medidas mitigadoras e compensatórias;
- VII - apresentação de Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF da área objeto de compensação do uso da APP;
- VIII - planta topográfica georeferenciada, a critério do IEF;

IX – documentos pessoais;

XI – estudos técnicos que comprovem a inexistência de alternativa locacional, devidamente assinados por profissional legalmente habilitado.

Após formalizado o processo, a área é vistoriada pelo técnico do IEF, acompanhado do empreendedor ou responsável, o qual verificará a compatibilidade das medidas mitigadoras e compensatórias propostas e a inexistência de alternativa para o empreendimento.

Toda autorização é precedida de análise jurídica, o qual verifica todos os requisitos legais e, primordialmente, se o empreendimento é caracterizado como de utilidade pública/interesse social ou de baixo impacto.

Os principais entraves encontrados no processo de intervenção são:

- dificuldades em se averbar a reserva legal nas propriedades rurais e;
- cumprimento das Medidas Compensatórias, com a efetiva recuperação de APP degradada.

O primeiro tem por fundamento de que muitas propriedades estão em condomínio, onde, em muitas vezes, o empreendedor não consegue convencer os demais condôminos à sua averbação.

Outro argumento ainda relatado é a questão dos mineradores que, na maioria das vezes, não possui a propriedade da área minerada, havendo grandes conflitos entre o detentor do direito minerário e o proprietário da terra.

Quanto à recuperação efetiva da APP, como compensação, encontramos:

- dificuldades na busca de áreas a serem recuperadas;
- receio dos proprietários das áreas na permissão, havendo inclusive situações de que exigem ressarcimentos financeiros;

Já as características das APPs encontradas, são todas possíveis, pois o Estado de Minas Gerais possui acidente geográfica acentuado com grande nº de cursos d'água, gerando todos os tipos de APPs definidas na Resolução CONAMA 303/02.

Muito embora o Estado de Minas Gerais venha autorizando as intervenções em área de preservação permanente desde a publicação da Medida provisória 2166-67, no ano de 2001, um levantamento preliminar acerca do número de autorizações feitas a partir da Resolução CONAMA 369/06, podemos constatar que:

- 128 autorizações se referem a empreendimentos considerados de baixo impacto;
- 149 autorizações a empreendimentos relativos à mineração e;
- 89 autorizações relativas a empreendimentos considerados de utilidade pública e/ou interesse social.

Infelizmente tal número não possui a precisão desejada, nem tão pouco maiores informações acerca do qualitativo de áreas e tipologias atingidas, face ao SIAM – Sistema Integrado de Meio Ambiental não estar sendo alimentado com tais informações.

Assim que previamente definido as informações necessárias ao SINIMA, estaremos fazendo contato com o gestor do Sistema Integrado do Meio Ambiental – SIAM de Minas Gerais, para a possibilidade de lançamento automático das informações desejadas no âmbito do Licenciamento Ambiental.

Atenciosamente,

Anderson Ramiro de Siqueira
Ass. Jurídico Regional
MaSP 1051539-3

Ilmo. Sr.
Marcílio Caron Neto
Coordenador do GT Monitoramento e Análise dos Efeitos da Resolução 369/2006.
CONAMA - BRASÍLIA